

Sobre o novo Cruzado

Em fevereiro de 1986, quatro fatores contra-indicavam a adoção de um plano de estabilização à **la Cruzado** (que desse certo): a falta de estoques reguladores suficientes, a pouca predisposição da sociedade para um período de baixo crescimento econômico e queda de salários reais, o estilo populista do Governo e a pouca clareza e desequilíbrio das contas do setor público. No momento atual, além desses ingredientes, que não parecem ter se modificado substancialmente (pelo contrário, o déficit governamental parece ter crescido ainda mais), vários outros dificultam sobremaneira o sucesso da estratégia apresentada pelo "Novo Cruzado". Dentre estes, destacam-se:

1. **A perda de credibilidade da população com respeito ao sucesso de medidas deste tipo e ao próprio Governo:** sem credibilidade, ficam arrefecidos os ânimos de controle de preços e, o que é pior, a tendência à formação de estoques de carne, remédios, etc. . . é muito maior. Com este excesso de demanda, decorrente de motivos puramente precaucionais, os indivíduos, agin-

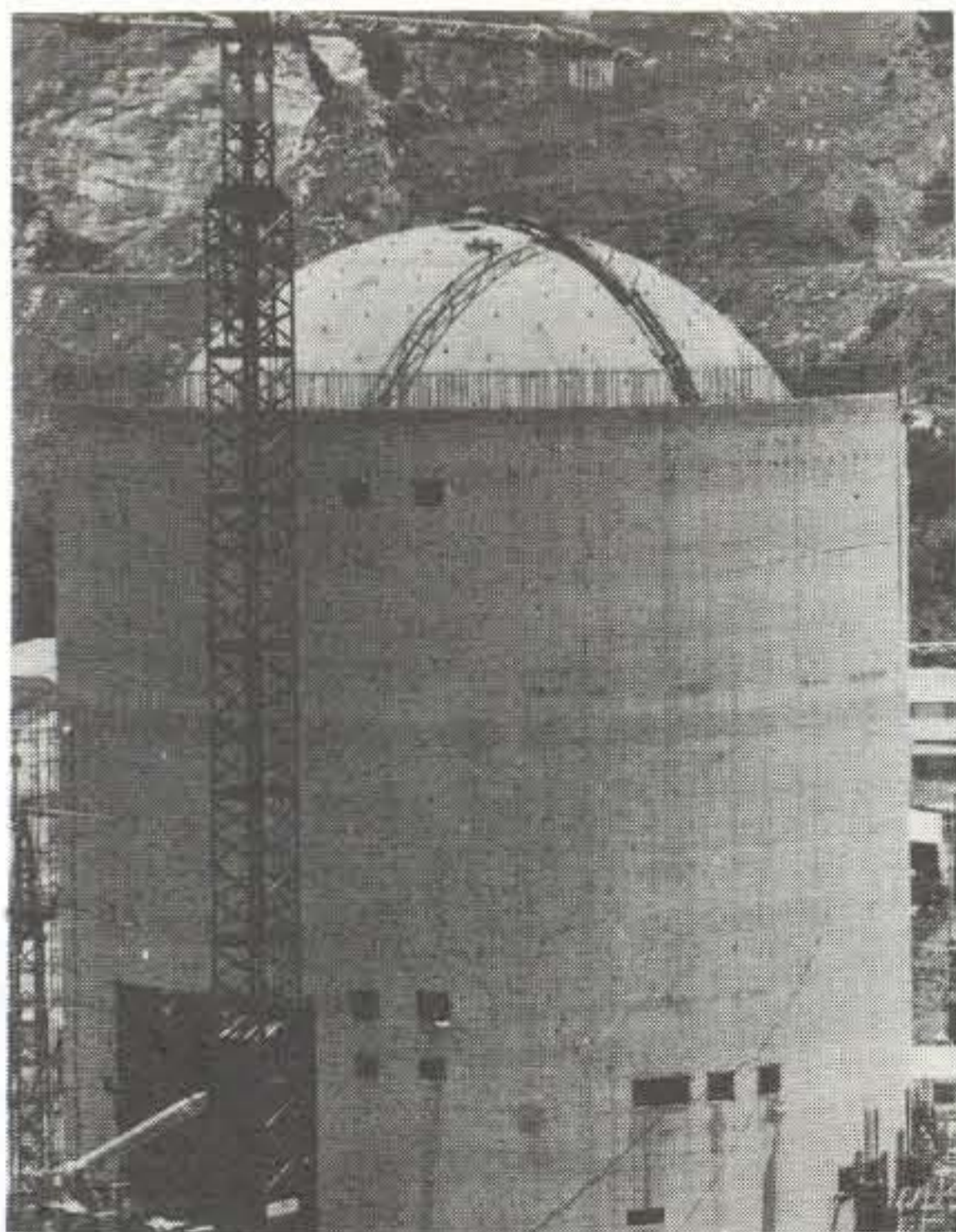


do em separados e com temor do desabastecimento (ou, no caso dos produtores, apostando na liberação dos preços), acabam por efetivamente provocá-lo, inutilizando o congelamento. A solução para este comportamento estaria numa política monetária francamente restritiva, que elevasse suficientemente os juros reais esperados. Essa estratégia só deveria ser utilizada por um curto período de tempo, enquanto as despesas públicas não fossem adequadamente reduzidas (devido ao efeito perverso dos aumentos de juros sobre o déficit governamental, bem como sob os demais devedores líquidos e a atividade econômica). O que não se pode prever é se essas medidas ocorrerão na intensidade e prazo desejados, sem o que iria por água abaixo o Novo Cruzado. Infelizmente, sua implantação tem como base uma visão de mais longo prazo, usualmente não demonstrada pelo Governo;

2. **O reduzido montante de reservas internacionais à disposição do Banco Central:** como se sabe, controlar preços é uma prerrogati-

va de quem detém poder sobre estoques. Ainda que não haja estoques suficientes de carne, por exemplo, o Governo sempre pode trocar dólares por carne em mercados externos, mantendo o abastecimento ao preço fixado. Durante o Cruzado, entretanto, a liquidez internacional, então à disposição do País, foi utilizada para manter um nível de consumo e investimento incompatível com a produção nacional de bens e serviços, deixando como herança ao Banco Central um ativo perigosamente escasso em moedas fortes. Desta vez, as reservas não estarão presentes para garantir o ego ministerial em afirmativas aos produtores do tipo "se não aparecer a carne, eu importo e vocês é que saem perdendo";

3. **A conhecida deterioração das contas do setor público, na fase anterior ao Plano:** entre o início do ano e o dia 12 de junho, a sociedade se mostrou perplexa ante alguns investimentos públicos anunciados, sem que ficasse clara a origem dos recursos para os mesmos. Falava-se muito em quanto estava custando para o Presidente



A paralisação de algumas obras, como Angra II, traz custos contratuais e financeiros para o País

(em termos de comprometimento com obras públicas) obter o apoio dos governadores. O último número referente ao déficit público girava em torno de Cz\$ 6,5% do PIB. Para um país isolado da poupança externa, trata-se de algo totalmente incompatível com preços estáveis ou qualquer coisa perto disso.

No dia do Plano, foram anunciadas algumas medidas saneadoras das contas do Governo. O seu êxito, não há dúvida, dependerá da suficiência dessas promessas de redução de despesas públicas para conter a demanda. Este processo ocorre de forma não apenas direta, pela redução das encomendas do Governo ou compras de seus assalariados, mas, também, através de uma reversão comportamental dos agentes econômicos (ou seja, de um aumento de credibilidade refletido em uma menor inflação esperada e menor formação de estoques precaucionais). É também neste processo de formação de expectativas que a redução do déficit público se torna a peça fundamental da estabilização.

A parcial eliminação de subsídios ao trigo (contrariamente ao

que inicialmente se anunciara; a eliminação não foi total), já tantas vezes proclamada, representa um aumento em torno de 0,2% do PIB, na renda líquida do setor público. Trata-se, conjuntamente ao anunciado aumento de combustíveis e tarifas dos serviços de utilidade pública, de uma medida necessária. Resta saber se o Governo resistirá às elevadas pressões políticas que surgirão em decorrência da esperada queda de salários reais daí resultante.

O adiamento de alguns projetos de investimentos era a única alternativa viável no momento. Há aí apenas dois problemas: os gastos de consumo do Governo (folha salarial e compra de bens e serviços a empresas) não foram tocados, quando deveriam receber prioridade de corte sobre investimentos; segundo, a paralisação de algumas obras já em andamento, como a Usina Nuclear de Angra II, traz severos custos contratuais e financeiros para o País.

A unificação do orçamento da União, a maior independência do Banco Central e a criação da Comissão de Coordenação Financeira,

embora em nada alterem o déficit, possibilitam o aumento de seu controle, o que já é alguma coisa. Mas isso tudo só vai funcionar, efetivamente, no próximo ano.

O Governo, obviamente, não anunciou com tanto alarde mas a redução da inflação também aumenta a arrecadação tributária real. Em particular, as pessoas físicas, que haviam optado pelo parcelamento do imposto devido, sentirão bem mais a carga fiscal.

Do ponto de vista jurídico, deve-se lembrar que é questionável a existência de bases legais para a utilização de deflatores nos contratos prefixados, sem o artifício de uma reforma monetária. Esse expediente, certamente, dará origem a inúmeras contestações judiciais.

De um modo geral, pode-se dizer que o novo Plano, embora lançado em condições iniciais bem mais precárias, ao menos apresenta um realismo de premissas superior ao Cruzado (por exemplo, ao não prometer uma inflação zero, conceder abonos salariais ou mascarar o problema do déficit público). Não há dúvidas de que a inflação nos próximos 90 dias será reduzida, mas permanece a possibilidade de fracasso da estratégia de congelamento ou de desabastecimento de alguns produtos essenciais. Resta saber se, novamente, a anestesia do congelamento não minará a sustentação da racionalidade necessária à nova condução de política econômica.

Se as medidas anunciadas para divulgação, ao final do mês, configurarem uma política de rigorosa austeridade fiscal (o que é improvável), o saldo pode ser positivo. Caso contrário, o novo Plano terá gerado tão-somente apertos salariais e uma nova grande confusão. Quem sabe, a última antes de um futuro período de forçada abstenção do Governo na tentativa de efetuar políticas de renda.

□

